

I Semana da Diversidade de Gênero de São Cristóvão III

Em agosto de 2015, as equipes de Sociologia e de Línguas Anglo-Germânicas do Colégio Pedro II do campus São Cristóvão III realizaram a I Semana da Diversidade de Gênero, a partir de uma proposta construída coletivamente pelo Grupo de Estudos da Diversidade de Gênero, em funcionamento desde o início do ano de 2015. O grupo conta com a participação de estudantes e professoras dos *campi* II e III de São Cristóvão e tem como objetivo consolidar um espaço coletivo de reflexão, debate e práticas relacionadas à questão de gênero na escola. Com base nesse objetivo, pensamos coletivamente a construção da Semana a partir de algumas estratégias pedagógicas. A escolha dessas estratégias fundamentou-se tanto no contexto escolar vivenciado ao longo dos anos letivos de 2014/2015, quanto nas discussões sobre gênero que têm pautado o debate político externo à escola.

A Semana de Diversidade de Gênero foi construída com base nos seguintes objetivos: 1- socializar o acúmulo de reflexões acadêmicas sobre o debate de gênero com a comunidade escolar; 2- dar visibilidade e tornar explícitas as demandas das chamadas “minorias” sexuais; 3- sensibilizar a comunidade escolar para os conflitos relacionados à construção das sexualidades e para a violência contida nas práticas e discursos “normalizadores” profundamente arraigados na institucionalidade escolar; 4- denunciar práticas consagradas no ambiente escolar que reforçam preconceitos e estereótipos relacionados a comportamentos, orientações e identidades sexuais.

A programação da Semana foi organizada da seguinte forma:

A Reitoria, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura,
a Diretoria de Culturas, a Direção do *Campus São Cristóvão III*,
os Departamentos de Sociologia e Línguas Anglo-Germânicas,
o Laboratório de Sociologia Lincoln Bicalho Roque e
o Grupo de Estudos de Diversidade de Gênero

CONVIDAM PARA A

I SEMANA DA DIVERSIDADE DE GÊNERO

24^a Agosto de 2015
28^{de}

Confira a programação:

24 DE AGOSTO (segunda-feira)	25 DE AGOSTO (terça-feira)	26 DE AGOSTO (quarta-feira)	27 DE AGOSTO (quinta-feira)	28 DE AGOSTO (sexta-feira)
Inscrições no Evento: 9:00 - 11:00	Cinedebate: <i>Transamérica</i>	Cinedebate: <i>Nunca fui santa</i>	Debate: <i>Direitos sobre o corpo: aborto, parto humanizado e outros feminismos</i>	Oficina de Teatro
Mesa de Abertura: <i>Transgeneridade em foco</i>	10:30 - 13:00 Anfiteatro C	10:30 - 13:00 Anfiteatro C	11:00 - 13:00 Anfiteatro C	09:00 - 12:00 Sala de Vídeo
11:00 - 13:00 Anfiteatro C	Debate: <i>Interfaces entre gênero, raça e trabalho</i>	Mostra de trabalhos de alunxs:		Encerramento e avaliação do evento
Rodrigo Borba (UFRJ)	13:30 - 15:30 Anfiteatro C	14:00 - 16:00	Oficina <i>Currículos generificados, corpos educados</i>	12:00 Sala 50
Marcela Azeredo (Servidora / Colégio Pedro II)	Alessandra Pio (NEAB – CP2)		14:00 - 16:00 Sala 50	
Mostra de trabalhos de alunxs: 14:00 - 16:00	Livia Oliveira (SEEDUC - RJ)		Luciana Rocha (Colégio Pedro II)	
	Mostra de trabalhos de alunxs:		Raquel Simas (Colégio Pedro II)	
	14:00 - 16:00		Tatiana Vargas (Colégio Pedro II)	

Apoio:



As mesas de debate realizadas ao longo da Semana tinham como objetivo a socialização da reflexão acadêmica em relação ao debate de gênero e sexualidade e a construção de um espaço de visibilidade às demandas das chamadas “minorias sexuais”;

no sentido dado pelo editorial a revista La Gandhi Argentina, conforme exposto por LOURO (2001):

as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho – gay, étnico, de gênero

A mesa de abertura do Evento, ocorrida no dia 24 de agosto, teve como tema a “Transgeneridade em foco”¹, contando com a participação de Leila Dumaresq, filósofa e autora do blog Transliteração; Leonardo Peçanha, professor de Educação Física e diretor do Grupo “TransRevolução”, e Marcela Azeredo, bacharel em Direito e servidora técnico-administrativa do Colégio Pedro II. Todos os integrantes da mesa eram transgêneros(as) e abordaram suas trajetórias principalmente no ambiente profissional comum a todos: a escola. No decorrer do debate, os(as) integrantes da mesa ressaltaram a importância do entendimento da universalidade dos direitos e evidenciaram os mecanismos que fazem com que determinados grupos socialmente estigmatizados, como transgêneros, travestis, homossexuais, etc , vivenciem um processo de marginalização e exclusão, mesmo quando o Estado garante a igualdade de todos perante a lei. Ao falar sobre como o conceito de “gênero” é importante para tratar a diversidade sexual, Leila Dumaresq (2014) questiona em um de seus textos:

Eu sou mulher?

Sim? Não? Só eu que sei? Tem alguém aí fazendo a cartesiana ‘penso, logo sou’. Há também os estatísticos ‘alguns dizem que sim, outros que não’. Os debatedores dizem ‘sim, mas é polêmico’.

Não ajuda muito, mas nos leva à próxima pergunta: Porque a resposta para mim não é somente o “sim”?

Alguns me dirão que não há mulher categórica, mas apesar de concordar com esta afirmação, gostaria de insistir na pergunta, reformulando-a:

Porque existem mulheres para as quais o “sim” seria uma resposta unânime em todos os ambientes sociais?

Para Leonardo Peçanha, homem transgênero, o processo de produção e reprodução da violência sobre os corpos no espaço escolar fica ainda mais evidente no universo da disciplina de Educação Física, no qual aparecem ainda mais naturalizados os papéis socialmente atribuídos aos meninos e meninas. Nesse sentido, as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres no âmbito das práticas corporais e esportivas são justificadas pelo viés biológico em detrimento de aspectos relacionados ao contexto

¹ Cf. <http://cp2.g12.br/component/content/article.html?id=3403>

histórico e cultural. O professor atentou para a violência contida na classificação da sexualidade muitas vezes presente na prática de esportes e para a marginalização imposta aos grupos sexuais que não se enquadram no padrão de “normalidade” imposto sobre os corpos dos estudantes.

Por fim, a servidora Marcela Azeredo falou sobre sua trajetória profissional enquanto mulher transexual no interior do Colégio Pedro II e chamou atenção para a dificuldade das pessoas transexuais em constituir um caminho profissional fora do circuito “prostituição/salões de beleza”. Principalmente no setor privado, a prática discriminatória transfóbica ainda pauta decisões e faz com que, na prática, operem mecanismos de exclusão. Daí a decisão de Marcela de prestar um concurso público e de buscar nos estudos uma tentativa de romper com a estrutura da discriminação presente no mercado de trabalho. No entanto, mesmo dentro de uma instituição pública, foi difícil o processo de reconhecimento do nome social e de construção de um espaço de reconhecimento profissional livre de preconceitos.



Figura 1 Leila Dumaresq, Leonardo Peçanha, Marcela Azeredo e a mediadora Luciana Rocha



Figura 2 Leila Dumaresq, Leonardo Peçanha, Marcela Azeredo e a mediadora Luciana Rocha



Figura 3 Mesa Transgeneridade em foco no Auditório C

O debate do dia 25 de agosto, intitulado “Interfaces entre gênero, raça e trabalho” teve a participação da professora e pesquisadora Livia Benkendorf de Oliveira (SEEDUC - RJ) e da coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) do Colégio Pedro II, Alessandra Pio. Livia trouxe para o debate sua experiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas estaduais e sua pesquisa com mulheres trabalhadoras que buscam os estudos já na vida adulta. A partir de entrevistas feitas com as alunas, a pesquisadora tentou reconstituir os vínculos entre as demandas relacionadas à condição de mulher e de trabalhadora. O modo como é respondida a pergunta “o que é ser mulher?” pelas estudantes do EJA encerra vários olhares que reproduzem preconceitos ao mesmo tempo em que questionam os papéis sociais de mãe e esposa e denunciam o excesso de trabalho doméstico e as violências sexuais vivenciadas no espaço da casa e do trabalho.

Sobre a forma como a luta feminista aparece para a aluna Dandara, vale a pena reproduzir um trecho de seu relato:

“Ser mulher é difícil porque mulher é discriminada, mulher não tem muito espaço no meio social. A mulher tem que lutar muito para ter um espaço no meio social, a verdade é essa. De impor que você é mulher e lutou para

estar naquele lugar ali. Igual foi com a presidenta. Tava ali naquele cargo e todo mundo fala que ela tá ali, mas quem está atrás dela é o Lula. Ela não tem merecimento. A mulher nunca tem merecimento nenhum. Sempre é porque alguém ajudou ou ela fez algo, a mulher nunca pode estar ali porque mereceu estar ali. A mulher não é reconhecida pelo que ela é, mas sim pelo que eles querem que ela seja. O homem tem todos os direitos, a mulher nunca tem. É sempre desvalorizada né, não sei por quê. Eu acho que eu sou feminista, professora, porque eu acho assim, como um menino da minha sala falou, "ah, porque mulher hoje em dia é tudo fácil". Mas não é porque ela é fácil. Porque o homem pode ficar com várias mulheres e não é criticado? E porque quando a mulher fica ela é uma prostituta? A mulher já é, desde pequena, educada a ser dessa forma. Mulher, menina, "está de perna aberta, fecha a perna". Menino não, "olha para aquela menina ali, gostosona, muito bonita, mexe com ela". Eles ensinam o homem a ser, como se fala?, exibido, o homem pode fazer o que quiser, e a mulher tem que ser recatada. A mulher não pode, não pode, não pode. O homem pode tudo. Isso me irrita. Eu acho que eu sou feminista. É uma luta"²

As articulações entre classe social e a questão de gênero ficaram explícitas nas entrevistas e nos fizeram perceber em que medida a construção da mulher e de sua posição social na sociedade capitalista colabora para sua exploração e opressão. Segundo Lívia, a precarização e a sobrecarga do trabalho doméstico, num contexto de acumulação flexível, são elementos comuns vivenciados pelas mulheres trabalhadoras que geram um sentimento de solidariedade entre elas. Em relação à importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para as mulheres trabalhadoras, Lívia ressaltou que a escola amplia os meios de socialização, possibilita o questionamento de conhecimentos tradicionais, cria novas expectativas de vida, melhora a autoestima e autoconfiança frente a familiares, amigos e patrões e, por tudo isso, colabora para uma reflexão positiva no tocante às explorações de classe e às opressões de gênero.

Já a palestrante Alesandra Pio, ao enfatizar as relações entre as demandas feministas e a questão racial, destacou como a inferiorização social da mulher é agravada quando se trata da mulher negra. Com dados sobre violência contra a mulher negra e a situação desta no mercado de trabalho, Alessandra enfatizou como as demandas do movimento feminista devem compor-se com a questão racial. As características do

² Trecho de entrevista concedida à Lívia pela aluna Dandara e reproduzido durante o debate.

trabalho doméstico e a negação de direitos básicos a essas trabalhadoras, geralmente negras, demonstram como a nossa sociedade se vale de desigualdades de gênero e de raça para uma maior exploração principalmente das mulheres negras. Os estereótipos que reafirmam que “a mulher negra aguenta mais o trabalho”, por exemplo, só fazem reforçar o lugar da exploração e da opressão. Por outro lado, o completo desconhecimento da própria cultura negra e de seus canais de resistência e de protagonismo feminino revelam uma tentativa de manter os privilégios de determinados grupos sociais que se utilizam das opressões raciais e de gênero para preservar seu lugar de poder.



Figura 4 Tatiana Vargas, medidora da mesa, Alessandra Pio e Lívia de Oliveira



Figura 5 Confraternização após a Palestra Interfaces entre gênero, raça e classe

Por fim, na mesa ocorrida no dia 27 de agosto, com a temática “Direitos sobre o corpo: aborto, parto humanizado e outros feminismos”, as estudiosas e militantes Talíria Petrone, Gisele Muniz, Malu Prates, Renata Correa e Cecília Vieira Mello trataram do direito das mulheres de serem ou não serem mães; das sistemáticas violências contra o corpo das mulheres; do silêncio das instituições sobre a questão da sexualidade e da necessária auto-organização das mulheres no sentido de lutar pelos seus direitos, não como direitos puramente individuais (na chave do “meu corpo é meu” e “nem toda mulher sou eu”), mas como direitos construídos coletivamente na chave: “Eu não serei livre enquanto outra mulher não for livre, ainda que as correntes dela sejam diferentes das minhas”. O debate em torno do feminismo que se deseja construir apareceu nas falas das palestrantes num tom crítico às ideias de um “feminismo liberal”, que incorpora as bandeiras feministas ao mercado e individualiza suas demandas.

Primeiramente, Gisele Muniz e Malu Prates, doulas e militantes pela humanização do parto e do nascimento, abordaram a crescente incidência da cesariana no sistema obstétrico brasileiro e como isto é prejudicial para a mulher e o bebê. Desta forma, o protagonismo da mulher fica comprometido, pois o cenário do parto é dominado pela equipe médica. Vários são os mitos que impedem a mulher de parir pela via vaginal ou que

aumentam o número de intervenções desnecessárias e nocivas mesmo sem evidências científicas que comprovem os benefícios destas. Para exemplificar um atendimento humanizado, as doulas apresentaram um vídeo de um parto domiciliar, que emocionou a plateia do auditório.

Sobre a questão da descriminalização do aborto, as palestrantes trouxeram dados sobre a realização de abortos no Brasil, enfatizando que a interrupção da gravidez é um dado da realidade que precisa ser tratado publicamente sem a interferência de um olhar religioso sobre a questão. Se o culto a determinada religião deve ser respeitado como um preceito democrático básico referente às liberdades individuais, o tratamento de um *dado* da saúde pública relacionado à questão do aborto não pode ser pautado a partir da crença religiosa de determinados indivíduos ou grupos. Nesse sentido, a bandeira feminista referente à descriminalização do aborto não deve ser confundida com opiniões individuais favoráveis ou contrárias à prática do aborto (à medida que essas opiniões dizem respeito somente a cada indivíduo, assim como as escolhas religiosas), mas a uma política de saúde pública baseada nos princípios de um Estado laico e democrático.



Figura 6 Renata Correa, Malu Prates, Gisele Diniz, Talíria Petrone, Cecília Vieira Mello e Raquel Simas, mediadora da mesa



Figura 7 Mesa: Direitos sobre o corpo: aborto, parto humanizado e outros feminismos



Figura 8 Mesa: Direitos sobre o corpo: aborto, parto humanizado e outros feminismos

Além das mesas de debate e da exibição de filmes *Transamérica* e *Nunca fui santa*, também espalhamos cartazes pela escola abordando diferentes tipos de violência de gênero: homofobia, violência obstétrica, feminicídio e transfobia. Fizemos o “varal da vergonha” com alguns casos de assassinato envolvendo a violência de gênero. O objetivo era sensibilizar as(os) estudantes sobre as agressões graves em decorrência das intolerâncias à diversidade de gênero. Porém, a manifestação que mais causou polêmica e sensibilizou foi a intervenção que intitulamos “Ouvi na escola” e foi chamada por estudantes e professores de “Mural da Vergonha”. Tal intervenção consistiu em expor numa parede da escola algumas denúncias de falas machistas, racistas, homofóbicas, etc, pronunciadas por professores, servidores e estudantes ao longo do ano de 2015 e recolhidas algumas semanas antes numa caixa disponibilizada no saguão central da escola. Com um cartaz que dizia “Ouvi na escola...”, as frases foram selecionadas e expostas sem identificação dos autores das frases e das denúncias. A intervenção funcionou para elucidar a existência de um currículo oculto generificado nas disciplinas, por mais que houvesse um silêncio nos currículos formais sobre as abordagens de gênero.

As frases coladas no mural da vergonha versavam sobre as roupas inapropriadas das mulheres; a ignorância das mulheres quanto aos jogos de videogame; o consumismo feminino; a inferioridade intelectual das mulheres; a maior importância do prazer masculino; ao papel ativo dos homens na relação amorosa, inclusive legitimando comportamentos agressivos, e também a vinculação da homossexualidade masculina com a feminilidade. Assim, ficou evidente para a comunidade escolar que estereótipos vinculados ao gênero das pessoas são mobilizados cotidianamente durante as aulas, reforçando preconceitos e promovendo a discriminação. Algumas frases de efeito e piadas são ofensivas e vão de encontro com o papel da escola de oferecer uma educação inclusiva.



Figura 9 Varal da Vergonha

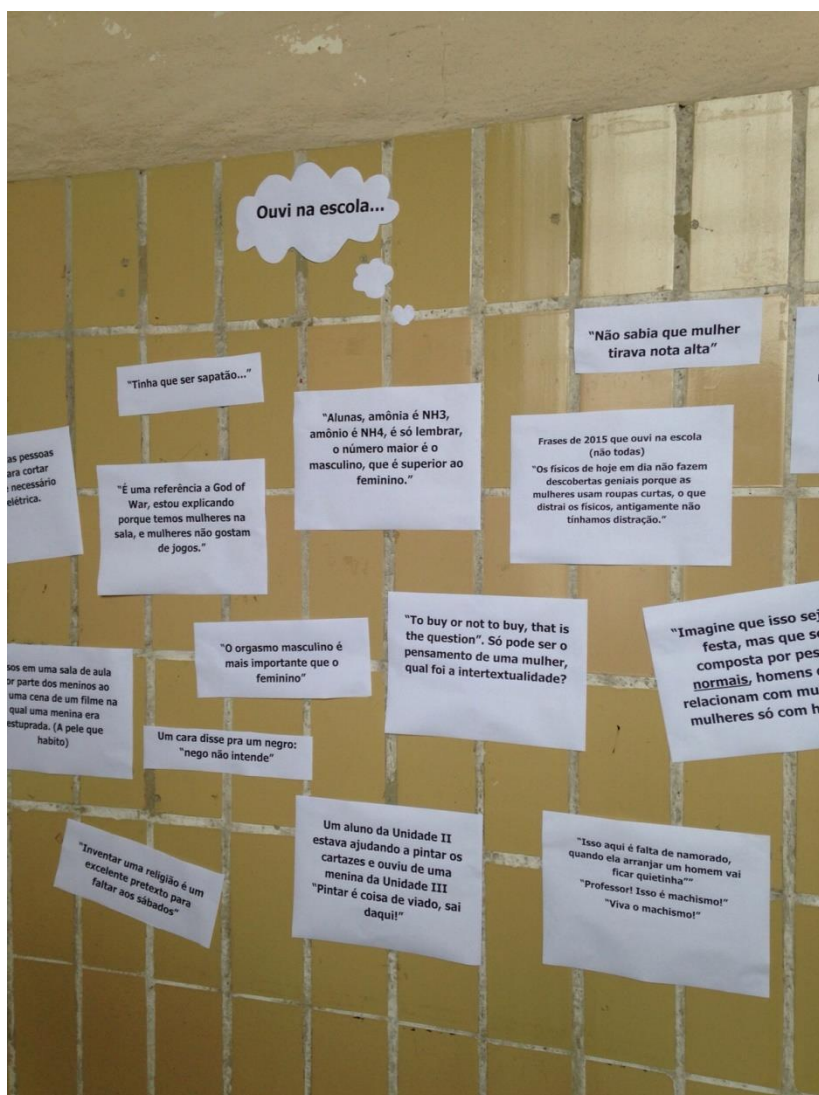


Figura 10 Mural “Ouvi na escola”

Duas oficinas estavam na programação: uma oficina de teatro, ministrada por duas professoras de fora da instituição com formação em artes cênicas e em Sociologia, e a oficina sobre currículo, ministrada pelas organizadoras da semana, com a condução da professora de inglês e pesquisadora de “Teoria Queer” Luciana Rocha. Esta oficina fechou a semana na sexta pela manhã e problematizou o debate trazido com o mural “Ouvi na escola...”: o currículo generificado. Apresentamos teorias sobre a função do currículo escolar e a existência de um currículo oculto, não formalizado, que perpetua uma lógica normalizadora sobre corpos e mentes, através da falsa ilusão da neutralidade. Também buscamos nos livros didáticos analisar como a diversidade de gêneros aparece ou não nas imagens e verificamos a ausência de imagens de mulheres ou o reforço dos estereótipos, com a representação da mulher como mãe ou professora de educação infantil. Constatamos a falta quase completa da imagem dos transexuais e transgêneros nos livros

didáticos, inclusive nos de Sociologia, como se estas pessoas não existissem na sociedade.



Figura 11 Oficina Currículos Generificados, corpos educados

A oficina de teatro teve como proposta trabalhar o corpo a partir das experiências vivenciadas e dos conhecimentos adquiridos durante a semana. Como exercício de aquecimento, os participantes começaram trabalhando cada parte do corpo; dedos, mãos, braços, costas, quadris, pés, pernas, ombros, cabeça e etc, de maneira separada e depois em conjunto, pensando nestes corpos como árvore ou como água. O objetivo da tarefa era refletir sobre os limites do nosso corpo e como as pessoas vão se acomodando até deixar de sentir determinadas áreas que pouco são exercitadas. Também buscava aquecer o corpo para as dinâmicas que viriam.

A frequência dos movimentos condiciona o nosso corpo e sem nos dar conta vamos construindo corporalidades limitadas pela sociedade, corpos dóceis que não são explorados em sua totalidade. Os corpos também são moldados para se adaptar a um papel de gênero, com interdições de movimentos e feições de acordo com a identificação com um gênero ou outro.

A atividade seguinte consistiu num jogo chamado “O sol brilha para quem...”. Os participantes, organizados em roda, ficavam atrás de seus sapatos e um(a) participante de dentro da roda completava a frase, como por exemplo: “o sol brilha para quem ... é

mulher”, todas as mulheres deviam mudar de lugar na roda, aquela que não achasse um sapato sobrando tinha que ir para o meio da roda e formular uma nova pergunta. O objetivo da dinâmica consistia em identificar as aproximações e distanciamentos entre os(as) estudantes, enfatizando a naturalização de determinados papéis de gênero.

As outras duas atividades da oficina foram a “Marcha” e a confecção de cartazes com a auto representação dos participantes. Na primeira dinâmica, quatro participantes marchavam como soldados, em certo momento um deles se diferenciava, da maneira que quisesse. Ao perceber o diferente, os outros deveriam se juntar para coagir o soldado desviante a voltar para o compasso da marcha. A proposta abria espaço para os soldados diferentes, cada vez interpretados por um(a) estudante, planejarem estratégias de burlar a censura. Em certo momento, dois passavam a marchar fora do ritmo, o que dificultava o controle dos outros dois soldados. A atividade foi muito boa para pensarmos sobre normalidade, desvio, opressões e maneiras de lidar com a imposição das regras. A confecção de cartazes finalizou a oficina e deu mais subsídios para os(as) participantes pensarem sobre o corpo e as intervenções que são feitas nele, o que é construído e o que é natural. As professoras pediram que desenhássemos o corpo tal qual ele era e depois pediram que fizéssemos as intervenções que gostaríamos no nosso desenho. A avaliação foi de que a maior parte dos participantes já começou a desenhar o corpo com as intervenções, concluindo que a subjetividade não está dissociada da concepção objetiva de corpo.



Figura 12 Oficina de teatro



Figura 13 Confecção de cartazes na oficina de teatro

A diversidade em foco: repercussões da I Semana da Diversidade de Gênero

A I Semana da Diversidade de Gênero obteve sucesso em dar visibilidade às minorias sexuais da escola, explicitando as relações de opressão existentes na instituição e a necessidade incontestável em debater as questões de gênero para construir uma escola mais inclusiva. As tensões que aparecem no cenário brasileiro que opõem um pensamento conservador e as demandas LGBT por reconhecimento e direitos sociais também estão presentes no espaço escolar. Por um lado, os(as) estudantes oprimidos não se calam diante dos preconceitos de colegas e professores, por outro, alguns grupos questionam a legitimidade das demandas da Frente de Mulheres do Grêmio Estudantil e também da atuação dos(as) professores envolvidos na organização da atividade. A Semana incomodou o poder constituído que trabalhava pela manutenção das verdades produtoras de normalidades e desvios. A mensagem para os(as) estudantes é de que a escola é sim um local para questionar as normas e lutar pelos direitos para todos.

Referências bibliográficas

BIROLI, F. “A ‘ideologia de gênero’ e as ameaças à democracia”. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/> (acesso em 20/10/2015).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Caderno de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, 2007.

DUMARESQ, Leila. “Ensaio de epistemologia transgênera”. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/11/ensaio-de-epistemologia-transgenera/>. (acesso em 20/10/2015)

GUIA de livros didáticos: PNLD 2015: Sociologia: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação básica, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?download=9011:pnld-2015-sociologia> (acesso em 20/10/2015)